



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Procuradoria Geral do Município



Processo Administrativo nº 010065/2022

RECURSO ADMINISTRATIVO. EMPRESA LICITANTE INABILITADA POR NÃO APRESENTAÇÃO DE SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. ALEGAÇÃO DE FALHA FORMAL, OMISSÃO MATERIAL OU OBSCURIDADE JUNTO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE E O PODER-DEVER LEGAL DA COMISSÃO EM REALIZAR A COMPETENTE DILIGÊNCIA OU PERMITIR A SUA OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA. NÃO OBSERVÂNCIA DO EDITAL NA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA. CONDUTA CORRETA DA COMISSÃO. PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO.

A Recorrente apresenta Recurso Administrativo contra sua inabilitação pela Comissão de Licitação no Processo nº 007792/2022, referente à Tomada de Preços nº 012/2022 – OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 10 CASAS POPULARES, NO BAIRRO MORELLI, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.

Alega a Recorrente, em síntese, que foi “*declarada previamente inabilitada por não ter apresentado junto ao seu balanço patrimonial a sua situação econômico-financeira aos moldes do item 4.1.1.1.13.4.4 do Edital do Pregão, o que caracteriza-se como falha em sua regularidade fiscal.*” e que, de acordo com o art. 4º do Decreto 8.538/2015, a comprovação da regularidade fiscal da microempresa, o que englobaria o referido comprovante da situação econômico-financeira, somente poderia ser exigido na contratação e não quando da análise da condição de licitante, sendo facultado à Comissão de Licitação, promover diligências para esclarecer ou instruir o processo, vedada a inclusão posterior de documentos e informações.

Aduz que há um poder-dever legal da Comissão de Licitação para diligenciar ou permitir a sua ocorrência se houver alguma falha formal, omissão material ou obscuridade junto à documentação de habilitação do licitante.

Sustenta não ter deixado de apresentar o respectivo documento, apenas apresentando em desconformidade com o exigido pelo edital e que não há qualquer fornecimento de novo documento ou informação, mas a regularização daquele já fornecido, nos termos dos artigos 4º, §1º, do Decreto 8.538/2015 e 43, §3º, da Lei 8666/93.

Contra o recurso interposto, apenas a empresa C. PACHECO CONSTRUÇÕES EIRELI se manifestou, impugnando os argumentos apresentados.

Eis a síntese dos fatos.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Procuradoria Geral do Município



NO MÉRITO:

Em que pese os argumentos apresentados no Recurso Administrativo, observo que o edital prevê expressamente a obrigatoriedade de apresentação dos envelopes, contendo as documentações descritas nos subitens da Cláusula Quarta, estando, dentre elas, a situação econômico-financeira descrita no subitem 4.1.1.1.13.4.4.

O argumento de que a comprovação da regularidade fiscal da microempresa somente poderia ser exigida na contratação, não se aplica ao caso, pois uma coisa é a apresentação do documento e a outra a comprovação, a ser verificada no momento da própria contratação.

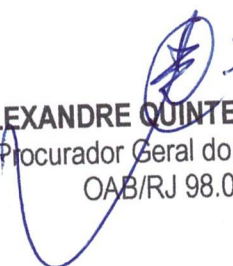
Assim, não há como negar a inobservância do edital na apresentação de documentação obrigatória quanto à Análise Econômica e Financeira na fase de habilitação, demonstrando que no recurso, a empresa licitante tenta, por via transversa, fazer crer que o citado documento, trazido extemporaneamente, já constava no envelope de habilitação, o que, de fato, não ocorreu.

Para reforçar o entendimento de que houve juntada de novo documento, inexistente no momento de habilitação dos licitantes, temos que o documento relativo à Análise Econômica e Financeira (fls.22), foi assinado digitalmente em 16/12/2022, ou seja, na data de protocolo do Recurso, demonstrando a inexistência prévia deste.

Desta forma, tendo sido detectada a falta de documentação de apresentação obrigatória, de acordo com o edital do certame, entendo que a decisão da Comissão de Licitação em declarar inabilitada a Recorrente foi correta, não havendo motivos para rever ou reconsiderar a mesma, opinando pelo indeferimento do recurso apresentado.

À Secretaria de Administração para conhecimento e deliberação.

São José do Vale do Rio Preto, 26 de dezembro de 2022.


ALEXANDRE QUINTELLA GAMA
Procurador Geral do Município
OAB/RJ 98.018